

**COMISSÃO NACIONAL DE BIODIVERSIDADE - CONABIO**  
**Ata da 57ª Reunião Ordinária (1º dia)**

<b>Data:</b> 17 de setembro de 2014	<b>Local:</b> Sala CT-01, térreo, SEPN 505, lote 2, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz
<b>Duração:</b> 10:00 às 18:00 horas	
<p>Estiveram presentes os seguintes <b><u>membros da Comissão:</u></b> <b>SR. CARLOS ALBERTO SCARAMUZZA</b> (Titular), <b>SR. LÍDIO CORADIN</b> (suplente) representantes do Ministério do Meio Ambiente, <b>SRA. CLAUDIA MARIA CORREIA DE MELLO</b> (Titular) representante do do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; <b>SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS</b> (Titular) e <b>SR. MARCIO ANTONIO TEIXEIRA MAZZARO</b> (suplente) representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; <b>SRA. DANIELLE BLANC</b> (suplente) representante do Ministério da Pesca e Agricultura – MPA; <b>SRA. RAQUEL DE OLIVEIRA ALVES</b> (suplente) representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; <b>SR. NELSON ANANIAS FILHO</b> (Titular) representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; <b>SR. FRANCISCO IGLESIAS</b> (suplente) representante do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e desenvolvimento - FBOMS; <b>SR. SAULO ARANTES CEOLIN</b> (Titular) representante do Ministério das Relações Exteriores – MRE; <b>SR. JOSÉ ALBERTO DE LIMA RIBEIRO</b> (Titular) representante do Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE; <b>SR. ALBERTO MARQUES SANTOS</b> (suplente) representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG; <b>SR. LÚCIO PAIVA FLORES</b> (Titular) representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB; <b>SRª. MÁRCIA CHAME</b> (Titular) representante do Ministério da Saúde – MS; Também estiveram presentes nesta reunião como <b><u>convidados:</u></b> <b>SRA. MARIA CRISTINA BRAGA</b> (Ministérios de Ciência e Tecnologia); <b>SRª. IONÁÍ OSSAMI DE MOURA</b> (Ministério do Meio Ambiente); <b>SRª. ANDREINA VALVA</b> (Consultora do Departamento de Conservação da Biodiversidade); <b>SRª. AGNES DE LEMOS VELOSO</b> (Consultoria do Departamento de Conservação da Biodiversidade); Membros da <b><u>Secretaria Executiva da CONABIO:</u></b> <b>SRª. JULIANA MATTOS</b> (Ministério do Meio Ambiente);</p>	

Pauta aprovada:

Dia 17/09/2014

1. Abertura
2. Aprovação da pauta
3. Aprovação da ata da 56ª Reunião Ordinária
4. Assuntos para discussão/aprovação
  - 4.1. 5º Relatório Nacional para Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB
  - 4.2. Calendário de reuniões 2015

Dia 18/09/2014

5. Assuntos para discussão
  - 5.1. Painel Brasileiro de Biodiversidade – Luis Merico (IUCN)
6. Informes
  - 6.1. Processo de definição de indicadores para as metas nacionais de biodiversidade
  - 6.2. Plano de ação para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (MMA/MPOG)
  - 6.3. Bolsa Verde – Programa de apoio à conservação ambiental
  - 6.4. Iniciativa Capital Natural do Brasil
  - 6.5. Elaboração do capítulo: Biodiversidade do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas
  - 6.6. A importância da Conservação dos Polinizadores para a Segurança Alimentar
7. Encerramento

1 **1. Abertura da Reunião, 2. Aprovação da pauta e 3. Aprovação da ata da 56º Reunião**  
2 **Ordinária**

3 Na manhã do dia 17 de setembro do corrente ano, nas dependências da sede do Ministério  
4 do Meio Ambiente, deu-se início a 57º Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de  
5 Biodiversidade – CONABIO. O **SR. CARLOS SCARAMUZZA** solicita manifestações sobre a  
6 Pauta e diante da concordância dos presentes, encaminhou a mesma como aprovada. Passando  
7 ao item seguinte (item 3) e após algumas sugestões e correções pontuais considerou-se aprovada  
8 a Ata da 56º Reunião Ordinária. Em seguida passou-se ao item 4 da pauta: assuntos para  
9 discussão e aprovação. O **SR. FRANCISCO IGLESIAS** declarou que, enquanto Sociedade Civil,  
10 gostaria de destacar a fragilidade das decisões e das questões ambientais dentro dos Governos.  
11 Ressaltou que a mais de 30 anos, desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente  
12 Humano, em 1972, a Sociedade Civil, os ambientalistas, movimentos sociais, indígenas têm  
13 enfatizado a urgência da atuação dos Governos na questão ambiental. Ressaltou que os assuntos  
14 ambientais são marginalizados nas decisões políticas, o que tem resultado em situações graves  
15 como o problema de água no Estado de São Paulo. Exemplificou que problemas de fornecimento  
16 de água nas regiões semiáridas do Nordeste podem estar relacionadas a políticas falhas.  
17 Relacionou a questão da água com a biodiversidade e com as florestas ciliares. Ressaltou que é  
18 urgente que as decisões relacionadas à questão ambiental saiam da periferia e vão para o centro  
19 do debate político e de decisões do Governo, e citou que a biodiversidade também se encontra na  
20 periferia das decisões. Encerrou dizendo a preocupação foi colocada porque é necessário que se  
21 tente avançar em mudanças nesse sentido.

22 O **SR. CARLOS SCARAMUZZA** sugere que se passe à apresentação do 5º Relatório  
23 Nacional para a Convenção Sobre Diversidade Biológica. O **SR. FRANCISCO IGLESIAS**  
24 recomendou que o relatório seja apresentado em português para discussão e aprovação. O **SR.**  
25 **NELSON ANANIAS FILHO** concordou que o fato de não haver uma cópia em português trouxe  
26 dificuldade. O **SR. FRANCISCO IGLESIAS** sugeriu que seja feita uma tradução para o português  
27 para que depois se convoque uma Reunião Extraordinária para discussão do Relatório. A **SRª.**  
28 **DANIELE BLANC** disse que diante da decisão unilateral do Ministério do Meio Ambiente de fazer  
29 o documento apenas em inglês devido ao tempo, e diante da insatisfação dos colegas em aprovar  
30 o documento, sugere que seja feita a apresentação e não a sua aprovação. Solicitou ainda que  
31 esse fato não se repita na próxima COP para que se possa encaminhar um documento que  
32 represente todo o anseio dos membros tanto de Governo como da Sociedade Civil. **SR. MÁRCIO**  
33 **ANTÔNIO TEIXEIRA MAZZARO** ressaltou que o relatório deve ser aprovado pela CONABIO para  
34 que tenha validade perante o Governo Federal e que para que o relatório seja aprovado os  
35 membros devem ter entendimento do seu conteúdo. A **SRª. RAQUEL DE OLIVEIRA ALVES**  
36 solicitou que seja registrado que as contribuições do Ministério do Planejamento já foram  
37 enviadas, e que embora concordem com a decisão da CONABIO de fazer uma versão em  
38 português o Ministério do Planejamento se encontrava preparado para aprovar o documento na  
39 presente data. O **SR. MÁRCIO ANTÔNIO TEIXEIRA MAZZARO** também esclareceu que o MAPA  
40 também se encontrava com as alterações de texto para aprovar o relatório. O **SR. CARLOS**  
41 **SCARAMUZZA** encaminhou a proposta de que seja feita uma tradução mecânica e uma revisão  
42 expedita que não será considerada a versão de referência. A sugestão considera ainda que a  
43 tradução seja enviada aos membros dia 24 e que seja realizada uma reunião no dia 29.  
44 Encaminhou também a proposta de que na reunião do dia 29, quem não tiver condição de  
45 comparecer poderá sugerir modificações e manifestar seu voto por correio eletrônico. A proposta  
46 foi considerada e aprovada pelos membros da CONABIO.

47 O **SR. CARLOS SCARAMUZZA** passou então para a apresentação do 5º Relatório  
48 Nacional para a CDB (Convenção da Diversidade Biológica). Relatou que um questionário foi  
49 enviado para centenas de atores, secretarias estaduais, organizações não governamentais. Disse

50 que a estrutura do documento é sugerida pela própria CDB. Falou que foram realizadas pesquisas  
51 na Internet para complementação de informações, preparação da estrutura do documento e  
52 organização das informações. Disse que essas consultas foram realizadas nos dias 16 de julho e  
53 12 de agosto. Esclareceu que o documento é dividido em três partes: a primeira refere-se à  
54 atualização da situação, tendências, ameaças à biodiversidade e implicação para o bem estar  
55 humano. A parte dois refere-se às ações do Governo Brasileiro e da Nação Brasileira quanto à  
56 Estratégia Nacional de Biodiversidade, ao plano de ação, à situação da atualização da estratégia,  
57 integração da biodiversidade em planos, programas e políticas setoriais. A parte três é focada nas  
58 Metas de Aichi e nas Metas Nacionais de Biodiversidade, que foram aprovadas no ano passado.  
59 Disse que a apresentação será focada na parte três do relatório. Destacou que o presente  
60 momento se refere a um período intermediário de avaliação do alcance das metas e a um  
61 processo de atualização da estratégia nacional que é o NBSAP (National Biodiversity Strategies  
62 and Actions Plans). Esclareceu que a avaliação intermediária do alcance das metas nacionais de  
63 biodiversidade seguiu uma escala qualitativa de avaliação que vai de 0 a 100, sendo que a escala  
64 adotada passa pelos avanços: não significativo, pouco significativo, bom, muito bom e ótimo. O  
65 **SR. FRANCISCO IGLESIAS** questionou se o termo “não significativo” seria o mais adequado. A  
66 **SR<sup>a</sup>. DANIELLE BLANC** sugeriu que a escala siga faixas como, por exemplo, entre 0 e 25, entre  
67 25 e 50. O **SR. CARLOS ALBERTO DE MATTOS SCARAMUZZA**, propôs então que a escala  
68 varie entre 0 a 25, de 25 a 50 (pouco), de 50 a 75 (bom), de 75 a 99 (muito bom) e 100 (ótimo),  
69 sendo que a sugestão foi acatada. Passou-se então para a discussão da meta 1 relacionada à  
70 conscientização das pessoas sobre o valor da biodiversidade. O **SR. CARLOS SCARAMUZZA**  
71 esclareceu que de acordo com as pesquisas realizadas pelo Ministério do Meio Ambiente, nos  
72 últimos 20 anos, o nível de conscientização e de como a sociedade brasileira enxerga as questões  
73 relacionadas ao meio ambiente vem aumentando. Disse que a proposta para essa meta seria de  
74 25 a 50%. Quanto à segunda meta, “integração dos valores da biodiversidade” destacou a  
75 existência de programas como ZEE (Zoneamento Ecológico Econômico), mapas de áreas  
76 prioritárias, pagamentos por serviços ambientais, programa protetor de águas, certificação de  
77 produtos, a agenda de economia, biodiversidade e dos ecossistemas e destacou também o  
78 envolvimento do setor privado nas questões ambientais. Considerou que o processo de como  
79 valorar a contribuição dos ecossistemas, da biodiversidade, da natureza nos negócios, a  
80 valoração no sentido mais econômico, a precificação de capital natural ainda são considerados  
81 processos incipientes. Falou que o Produto Nacional Bruto como indicador básico do  
82 desenvolvimento mede o volume do fluxo financeiro, mas não a sua qualidade. Disse que a  
83 solução para essa questão seria inserir a questão dos serviços ecossistêmicos nas contas  
84 públicas. Relatou que esse trabalho tem sido desenvolvido em conjunto com o IBGE (Instituto  
85 Brasileiro de Geografia e Estatística) e a Agência Nacional de Águas na questão da água. Relatou  
86 que o Serviço Florestal Brasileiro está começando a se envolver nessa questão relacionada a  
87 florestas. Declarou que em função desses critérios qualitativos, a proposta para esse item é que  
88 seja de 50%. **SR. MÁRCIO ANTÔNIO TEIXEIRA MAZZARO** disse que da forma como está, pode  
89 ser interpretado que a meta considera apenas a produção praticada por pequenos agricultores,  
90 extrativistas e oriundas da sociobiodiversidade, etc como sendo sustentáveis. Questionou quais  
91 foram os critérios usados para definir o conceito de produção e consumo sustentáveis. O **SR.**  
92 **CARLOS SCARAMUZZA** esclareceu que esse questionamento está relacionado à meta 04 e não  
93 a meta que está sendo discutida. Esclareceu que a discussão da meta 02 procura avaliar se o  
94 valor da biodiversidade está presente nos processos de tomada de decisão. A **SR<sup>a</sup>. MÁRCIA**  
95 **CHAME** considerou que essa questão tem alcançado avanços importantes, mas que ao se  
96 considerar todo o processo de desenvolvimento do Governo considera que a proposta para esse  
97 item seja de 0 a 55%. O **SR. NELSON ANANIAS FILHO** considerou a avaliação superestimada  
98 porque não condiz com a realidade dos pagamentos por serviços ambientais. O **SR. CARLOS**  
99 **SCARAMUZZA** encaminhou a proposta de que o item seja de 25% a 50% e que a **SR<sup>a</sup>. MÁRCIA**

100 **CHAME** e o **SR. NELSON ANANIAS FILHO** envie por email os subsídios para a sugestão de  
101 mudança do item. De acordo com o **SR. CARLOS SCARAMUZZA** a meta 03 está relacionada a  
102 incentivos negativos e positivos. Disse que os novos incentivos possíveis implementados incluem  
103 Protocolo Verde, Plano ABC, Resolução CMN 3546, Bolsa Verde, Bolsa Floresta, ICMS Ecológico.  
104 Prosseguindo para a meta 04, relacionada a medidas ou planos de produção e consumo  
105 sustentáveis, o **SR. CARLOS SCARAMUZZA** destacou que foram listados como avanços:  
106 desenvolvimento, iniciativas e políticas importantes, A3P (Agenda Ambiental na Administração  
107 Pública), Plano de Ação para Produção Sustentável, Políticas Nacionais de Resíduos Sólidos,  
108 iniciativas do setor privado, mesas redondas, iniciativas ligadas à soja e à produção de carne.  
109 Devido ao grau de implementação e alcance insuficiente, propôs a faixa de 50 a 74%. A **SRª.**  
110 **MÁRCIA CHAME** considerou que nesse momento o país como um todo não se encontra na  
111 escala de 50% para essa meta, tendo em vista a poluição das águas no País e o aumento do  
112 consumo e da quantidade de resíduos sólidos. Em resposta o **SR. CARLOS SCARAMUZZA**  
113 ressaltou que a questão da poluição é abordada na meta 08. Em relação à Política Nacional de  
114 Resíduos Sólidos, destacou que todo o Estado de Santa Catarina possui aterro sanitário e  
115 destacou que as regiões Sul e Sudeste do País vêm caminhando a passos largos na eliminação  
116 dos lixões. Considerou que a legislação sobre a coleta de lixo é moderna, com logística reversa e  
117 enfatizou que outras ações estão sendo trabalhadas pela indústria. Lembrou que a avaliação  
118 em curso é qualitativa e que deve levar em conta também o esforço e a valorização do que já foi  
119 realizado até o momento e do que ainda é necessário realizar. A **SRª. MÁRCIA CHAME** destacou  
120 que considera a Política de Resíduos Sólidos um avanço, mas enfatizou que a mesma ainda não  
121 está totalmente implementada, não representando os 50% propostos. A **SRª. RAQUEL DE**  
122 **OLIVEIRA ALVES** concordou que para essa meta a escala não deve ultrapassar 25%. O **SR.**  
123 **CARLOS SCARAMUZZA** solicitou então que a **SRª. MÁRCIA CHAME** e a **SRª. RAQUEL DE**  
124 **OLIVEIRA ALVES** fiquem responsáveis por indicar um texto que justifique a respectiva  
125 proposição. Em relação à meta 05 que trata da perda de habitats o **SR. CARLOS SCARAMUZZA**  
126 declarou que alguns Estados têm desenvolvido seus próprios sistemas de monitoramento de  
127 cobertura. Destacou que desmatamento, de forma geral, tem sido muito baixo, apesar de  
128 continuar com valores altos para Amazônia e Cerrado. Disse que há a necessidade de avanços  
129 em relação ao monitoramento do desmatamento e ao uso das terras. Propôs que a escala para  
130 essa meta seja de 50 a 75%. O **SR. FRANCISCO IGLESIAS** disse que irá solicitar ao pessoal  
131 ligado à biodiversidade do FBOMS (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio  
132 Ambiente e Desenvolvimento) para que solicitem as ONGs que atuam nas áreas para verificarem,  
133 até o dia 29, os dados de desmatamentos, uma vez que um levantamento da SOS Mata Atlântica  
134 aponta resultados diferentes e que áreas susceptíveis de desertificação na Caatinga e Mata  
135 Atlântica têm aumentado. Disse ainda que a percepção das pessoas que atuam na área é  
136 extremamente negativa. O **SR. CARLOS SCARAMUZZA** lembrou que a meta 05 refere-se a  
137 perda de habitat que não pode ser confundida com a degradação ambiental. Disse que a situação  
138 do desmatamento no País ainda é grave e que o Brasil ainda é um dos poucos países que  
139 monitora quase toda a sua extensão geográfica. Ressaltou que o IBAMA (Instituto Brasileiro do  
140 Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) tem trabalhado em cooperação com o INPE  
141 (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) no monitoramento das regiões brasileiras, destacando  
142 a existência de uma nova geração de satélites, Landsat 8. Ressaltou que até o final do ano, estará  
143 disponível, para o Cerrado, o mapeamento e a dinâmica do uso das terras realizado por uma  
144 equipe de 20 pessoas envolvendo IBAMA, INPE, EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa  
145 Agropecuária) e Universidade Federal de Goiás. Ressaltou que o Brasil é um país referência em  
146 monitoramento e diminuição de taxa de conversão e que a diminuição na taxa de desmatamento é  
147 relacionada a uma série de políticas públicas que envolveram o Banco Central, o Ministério da  
148 Fazenda e uma série de outros Ministérios. Disse que o reconhecimento dessa meta deve  
149 envolver o conjunto de políticas brasileiras que têm sido elaboradas para conhecer, reduzir o

150 desmatamento e proporcionar, numa abordagem espacial, que o território brasileiro possa ser  
151 usado de forma compatível com a conservação da biodiversidade. O **SR. ROBERTO LORENA**  
152 destacou que as situações nas diversas regiões do país são diferentes e propôs que as metas  
153 sejam tratadas por biomas de forma a diferenciar os diversos quadros brasileiros. O **SR. SAULO**  
154 **ARANTES CEOLIN** relembrou que a Meta de Aichi não fala de taxa de perda de habitats e sim de  
155 ritmo de perda e ressaltou que em termos de ritmo de perda pode-se falar em diminuição em  
156 todos os biomas. Considerou ainda que o Brasil tem melhorado na questão de perda de habitat. A  
157 **SRª. MÁRCIA CHAME** destacou a importância de se apresentar dados mais atualizados no  
158 relatório. Disse que, tendo em vista que os dados estão sendo monitorados, e estão disponíveis, o  
159 relatório deveria apresentar as informações de 2012 e 2013. O **SR. CARLOS SCARAMUZZA**  
160 esclareceu que os dados não estão oficialmente disponíveis, mas que fará uma consulta ao  
161 IBAMA.

162 Após o intervalo do almoço o **SR. CARLOS SCARAMUZZA** deu prosseguimento à discussão  
163 da meta 05 e esclareceu que, por sugestão do **SR. SAULO ARANTES CEOLIN**, o termo “taxa de  
164 perda de habitats” será ajustado para “ritmo de perda de habitats. Esclareceu que através do  
165 Programa de Monitoramento dos Biomas por Satélite, o IBAMA tem um contrato de  
166 monitoramento dos biomas de 2008 até 2016. Disse que em 2013 foi lançado o Landsat 8 que  
167 apresenta uma melhor resolução espacial radiométrica. A diferença na resolução implica  
168 diferenças entre os polígonos antigos e atuais o que resultou na necessidade de se refazer todo o  
169 monitoramento. Conseqüentemente, nesse processo de transição do mapeamento, ocorre uma  
170 lacuna na seqüência temporal do monitoramento. Registrou que mapear o território de um país do  
171 tamanho do Brasil não é tarefa trivial e que somente através da construção de sistemas brutos de  
172 monitoramento é possível construir políticas públicas eficientes e efetivas. Ressaltou que a meta  
173 05 é uma das metas onde o país mais tem avançado, no sentido da importância de se começar  
174 construindo uma boa base de dados que gerem boas políticas públicas sobre o tema. O **SR.**  
175 **FRANCISCO IGLESIAS** ressaltou que há discrepância dos dados apresentados com as  
176 informações levantadas pela organização não-governamental Fundação SOS Mata Atlântica em  
177 conjunto com o INPE. Segundo essas informações, houve decréscimo de desmatamento até o  
178 ano de 2009 e que a partir desse ano até 2012 houve aumento. Disse que com base nessa  
179 inconsistência e em uma avaliação intuitiva propõe que a escala adequada para a meta seja de  
180 25% a 50%. O **SR. CARLOS SCARAMUZZA** esclareceu que devido a diferenças metodológicas  
181 entre mapeamentos os dados não são comparáveis o que cria confusão para a sociedade  
182 brasileira. Disse que está sendo preparado um documento que explique e compare os dados  
183 mostrando porque os números são diferentes. Propôs-se a redigir uma breve discussão sobre a  
184 existência de outras bases de dados para inclusão no relatório. A **SRª. MÁRCIA CHAME**  
185 concordou com a proposta e ressaltou que no relatório são usados os termos biomas e regiões  
186 biogeográficas. Sugeriu que seja usado apenas o termo bioma que é o conceito legalmente  
187 estabelecido pelo Governo. O **SR. CARLOS SCARAMUZZA** esclareceu que o termo bioma, como  
188 está sendo usado, está conceitualmente errado. Concordou, que em função do termo já estar  
189 oficializado, o conceito de bioma seja usado no relatório e que a questão seja esclarecida por  
190 meio de nota de rodapé. A **SRª. MÁRCIA CHAME** sugeriu que a CONABIO prepare um  
191 documento, com a participação da sociedade que proponha a mudança do termo oficial. O **SR.**  
192 **CARLOS SCARAMUZZA** propôs que na versão final seja dada, como foi sugerido, uma nota para  
193 cada um dos biomas. Iniciou-se, então, a discussão da meta 06 – Uso sustentável da  
194 biodiversidade aquática. Foi colocado que o avanço em relação a essa meta é o REVIMAR  
195 (Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha). O **SR. CARLOS**  
196 **ALBERTO DE MATTOS** ressaltou a importância de se organizar coletas de dados  
197 estatisticamente mais adequadas. Esclareceu que o relatório propõe que a faixa para essa meta  
198 seja de 25% a 49% em função dos avanços na área de uso sustentável da biodiversidade  
199 aquática dos últimos anos. A **SRª. MÁRCIA CHAME** e o **SR. FRANCISCO IGLESIAS**

200 demonstraram sua preocupação em relação à proposta de 25% a 49%. O **SR. FRANCISCO**  
201 **IGLESIAS** sugeriu que, com base nas últimas informações do REVIMAR a que teve acesso, seja  
202 estabelecido um parâmetro abaixo, para que o mesmo sirva de desafio para se melhorar. O **SR.**  
203 **CARLOS SCARAMUZZA** reiterou que por mais que sempre existam aspectos a serem  
204 melhorados, é importante celebrar o que foi alcançado, e reconhecer os esforços despendidos.  
205 Ressaltou a necessidade de se trabalhar com o conhecimento qualitativo, uma vez que para a  
206 maioria das metas não há disponibilidade de dados quantitativos e indicadores definidos para o  
207 País como um todo. O **SR. ROBERTO LORENA** considerou que a escala de 0 a 24% pode  
208 indicar que nada foi feito, em detrimento de todos os incentivos ao uso sustentável que foram  
209 estabelecidos nessa área. Propôs a escala de 25 a 49% e ressaltou que a mesma ainda indica  
210 que há muito a ser feito. A **SR<sup>a</sup>. DANIELLE BLANC** concordou com a proposta e reiterou que não  
211 se pode deixar de lado todas as normativas e planos de ação relacionadas ao uso sustentável. O  
212 **SR. JOSÉ ALBERTO DE LIMA RIBEIRO** colocou que houve avanço em termos de construção de  
213 regras ou acordos que apontam para o melhor cuidado à biodiversidade, entretanto, nos  
214 ecossistemas marinhos os acordos ainda não geraram resultados na prática. O **SR. CARLOS**  
215 **SCARAMUZZA**, corroborando as sugestões de alguns dos membros considerou que as faixas  
216 estatísticas provavelmente não são o melhor sistema para classificar os avanços das metas,  
217 porque a extensão das faixas é muito abrangente. Concordou que o melhor sistema de avaliação  
218 seja adotar nomes ou setas que indiquem os status de “muito bom”, “bom”, “médio” e “ruim”. Foi  
219 acordado então que será utilizada a metodologia das setas onde a seta azul indica um processo  
220 no qual a meta pode ser atingida antes do prazo final. A seta verde significa que se a tendência  
221 atual prosseguir espera-se chegar à meta até 2020. A seta amarela indica que o progresso  
222 aconteceu, mas está numa taxa insuficiente, e que a menos que mais esforços sejam realizados a  
223 meta não será alcançada no prazo final. A vermelha significa uma situação onde não houve  
224 progresso nenhum. A **SR<sup>a</sup>. RAQUEL DE OLIVEIRA ALVES** disse que a metodologia pode ser  
225 viável se as metas forem subdividas como na metodologia original. Ficou acordado que a equipe  
226 do Ministério do Meio Ambiente fará as subdivisões das metas, atribuirá às pontuações e  
227 encaminhará aos membros para que seja discutida na reunião do dia 29. O **SR. CARLOS**  
228 **SCARAMUZZA** retornou à discussão da meta 03 a pedido do Ministério da Agricultura, Pecuária e  
229 Abastecimento. O **SR. MÁRCIO ANTÔNIO TEIXEIRA MAZZARO** sugeriu que o CAR (Cadastro  
230 Ambiental Rural) seja elencado como novo incentivo por conta da regularidade das propriedades  
231 rurais perante o Código Florestal. O **SR. ROBERTO LORENA** destacou ainda como incentivo a  
232 vinculação do crédito bancário à regularidade ambiental. O **SR. CARLOS SCARAMUZZA**  
233 destacou o Decreto de Debênture de Infraestrutura Incentivada que está em elaboração. Quanto  
234 aos incentivos negativos o **SR. CARLOS SCARAMUZZA** destacou que ainda não há uma linha  
235 estabelecida sobre os conceitos e sugeriu que se diga que não há condições de se responder  
236 quais são os incentivos perversos, pois essa análise ainda está em curso. Dando continuidade à  
237 meta 07, relacionada à produção agropecuária, extrativismo, aquíicultura, o **SR. CARLOS**  
238 **SCARAMUZZA** destacou os esforços para melhorar a sustentabilidade do pequeno e médio  
239 produtor, extrativismo, manejo florestal como a implementação do Cadastro Ambiental Rural, a Lei  
240 de Proteção da Vegetação Nativa, políticas e iniciativas com o Marco Verde, PAA (Programa de  
241 Aquisição de Alimentos), PNEA (Programa Nacional de Alimentação Escolar), Plano ABC,  
242 Licenciamento Ambiental de Parques Aquícolas, com prioridades para Resex. Na linha de fatores  
243 que precisam melhorar destacou o alto consumo de agrotóxico e os riscos de invasão de espécies  
244 exóticas. O **SR. ROBERTO LORENA** destacou que em relação ao uso de agrotóxicos houve  
245 mudança significativa na diminuição do consumo de agrotóxicos de maior toxicidade. Disse que  
246 atualmente a faixa mais usada é a que apresenta menor toxicidade e tempo de degradação no  
247 solo de até um mês. Destacou que o uso do agrotóxico tem que ser aprovado pelo Ministério da  
248 Agricultura, Meio Ambiente e Anvisa e que esse processo resultou em mudanças no perfil e uso  
249 de agrotóxicos no Brasil. O **SR. CARLOS SCARAMUZZA** solicitou que esses dados sejam

250 disponibilizados e ressaltou que o processo de licenciamento dos produtos precisa ser revisado. O  
251 **SR. LÚCIO PAIVA FLORES** ressaltou a necessidade de os dados sejam divulgados e destacou  
252 que no Cerrado, nos últimos 4 ou 5 anos houve degradação significativa ao meio ambiente,  
253 principalmente por meio de aplicação aérea de agrotóxicos, que tem impactado os peixes nos rios.  
254 Destacou a necessidade da atuação de um órgão governamental de controle e ressaltou o papel  
255 da CONABIO na edificação da discussão. O **SR. JOSÉ ALBERTO DE LIMA RIBEIRO** falou sobre  
256 a situação da monocultura da cana na região litorânea do Nordeste. Destacou que as manchas de  
257 Mata Atlântica e as cidades são atingidas pela aplicação aérea de agrotóxicos. Enfatizou que não  
258 há como desassociar a questão do agrotóxico com a biodiversidade. O **SR. ROBERTO LORENA**  
259 falou que atualmente existem muitos casos de uso indevido. Disse que os exemplos de aplicação  
260 em rio ou aldeias indígenas configuram crime ambiental que devem ser combatidos. Ressaltou  
261 que se deve agir no sentido de trazer o uso para a legalidade ao invés de generalizar e  
262 criminalizar a produção brasileira da agricultura. A **SRª. MÁRCIA CHAME** destacou que dados  
263 indicam que a venda de agrotóxicos no Brasil aumentou 190% de 2000, a 2010, e a taxa de  
264 importação de 487%. Disse que em relação ao mundo, o Brasil segue aumentando o número de  
265 agrotóxicos enquanto observa-se uma diminuição no resto do mundo. Destacou que o Brasil  
266 responde por 19% do mercado no mundo, acima dos Estados Unidos, que produz mais do que o  
267 Brasil. Ressaltou que no Brasil se paga US\$ 1.000,00 (mil dólares) para registrar um agrotóxico,  
268 enquanto que nos Estados Unidos se paga US \$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil dólares).  
269 Disse que pesquisas demonstram peixes com mutações teratogênicas em hemácia por uso de  
270 agrotóxico inclusive por agrotóxicos ilegais no Brasil. Falou sobre dados da área da saúde que  
271 apontam que 70% dos cânceres linfáticos são principalmente relacionados à questão do uso e  
272 abuso dos agrotóxicos destacando que a questão se caracteriza como um problema de saúde  
273 pública. Destacou a urgência de se pensar em mudar a forma de se produzir a exemplo de  
274 iniciativas bem sucedidas como os plantios integrados e como a Europa tem feito. O **SR.**  
275 **ROBERTO LORENA** sugeriu que seja retirada do relatório a frase que indica que o alcance das  
276 políticas de sustentabilidade é voltado para o pequeno e médio produtor. Destacou que os  
277 incentivos de sustentabilidade para os grandes e pequenos produtores são diferentes, mas  
278 intensamente iguais. Dando prosseguimento, o **SR. CARLOS SCARAMUZZA** passou à discussão  
279 da meta 08 relacionada à poluição. Como pontos positivos foram listados os avanços do PAC  
280 (Programa de Aceleração do Crescimento) em saneamento e a lei de resíduos sólidos. Como  
281 pontos negativos foram citados a questão dos agrotóxicos, o fato de 15.2% dos rios principais  
282 ainda estarem em situação crítica, distribuição geográfica heterogênea com muitos municípios  
283 ainda sem aterro sanitário e coleta precária. A **SRª. MÁRCIA CHAME** propôs que a questão dos  
284 antibióticos e a dificuldade de se trabalhar com os antibióticos e os hormônios nos processos de  
285 saneamento seja incluída no relatório. Disse que esse processo pode acarretar impactos  
286 significativos sobre a microbiota, biodiversidade e a saúde de todo mundo. O **SR. ROBERTO**  
287 **LORENA** destacou que se há um problema de poluição associado aos agrotóxicos não é em  
288 decorrência do autoconsumo do País e sim da utilização errada. O **SR. CARLOS SCARAMUZZA**  
289 propôs que o texto seja ajustado para não gerar confusão quanto à qualificação de autoconsumo.  
290 Dando prosseguimento à reunião, passou-se a discussão da meta 09, Espécies Exóticas  
291 Invasoras. Inicialmente destacou-se o trabalho e as várias publicações produzidas pelo Ministério  
292 do Meio Ambiente no sentido de identificar as espécies invasoras e as rotas de invasão.  
293 Considerou-se que o principal ponto onde se precisa avançar é a necessidade de se construir um  
294 processo para levar a estratégia nacional desenvolvida em 2009 pela CONABIO para um  
295 instrumento legal com maior poder de ressonância, como uma Portaria. O **SR. ROBERTO**  
296 **LORENA** destacou a importância da agenda de espécies invasoras ser trabalhada nos diversos  
297 Ministérios, por conta não só do seu impacto sobre a biodiversidade, mas também sobre a  
298 agricultura e a saúde. O **SR. CARLOS SCARAMUZZA** destacou a importância de se melhorar os  
299 mecanismos de controle do comércio de espécies para PET, animais de estimação. Dando

300 continuidade ao processo, o **SR. CARLOS SCARAMUZZA** passou para a discussão da meta 10,  
301 relacionada à pressão de ecossistemas costeiros. Entre os avanços, destacou que boa parte dos  
302 corais e mangues encontra-se em Unidades de Conservação, destacou também o  
303 aperfeiçoamento da gestão dos corais e mangues em APAs (Áreas de Proteção Ambiental) com  
304 foco sustentável. Entre os pontos que precisam ser melhorados citou o risco da invasão do coral  
305 sol, que possui alta capacidade competitiva e está eliminando as espécies nativas de coral  
306 brasileiro. Citou ainda a falta de informação sobre o impacto das mudanças climáticas, risco a  
307 mitigação sobre os ecossistemas costeiros e avaliação da efetividade do gerenciamento costeiro.  
308 Em relação à meta 11, relacionada a áreas protegidas, destacou o CAR, o conjunto de medidas  
309 associadas à Lei da Proteção de vegetação Nativa o Programa de Governo Harpa III, que  
310 assegurou a definição de 60.000.000 hectares para a Amazônia e doações para a implementação  
311 dessas unidades de conservação, mudança nas categorias para o alcance da meta,  
312 amadurecimento do processo de criação de Unidades de Conservação (UCs), representatividade,  
313 redução dos conflitos fundiários e implementação do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de  
314 Conservação). Esclareceu que atualmente a criação de UCs passa por um processo de busca de  
315 representatividade, busca identificar quais são aquelas áreas que ainda não estão devidamente  
316 protegidas num sistema de Unidade de Conservação. Falou sobre a gestão efetiva das UCs, a  
317 questão da inclusão de conectividade e habitat, representatividade de ecossistemas para outras  
318 regiões biogeográficas além da Amazônia e escassa criação de UCs na região marinha e costeira.  
319 Lembrou que a versão nacional dessa meta é mais ambiciosa que a Meta Aichi. O **SR.**  
320 **FRANCISCO IGLESIAS** disse que o Governo atual pode ser o único que não criou nenhuma UC  
321 na Amazônia. Disse que a meta global de criação de Unidades de Conservação pode ter sido  
322 ultrapassada, mas questionou se essas áreas estão sendo efetivamente protegidas. Falou sobre a  
323 carência de dados sobre a quantidade de APPs (Áreas de Preservação Permanente) no Brasil.  
324 Destacou a importância da função econômica das APPs e a ausência de fiscalização dessas  
325 áreas. Ressaltou que na área costeira a situação ainda é pior. O **SR. SAULO ARANTES CEOLIN**  
326 sugeriu que o texto da meta governamental de expansão das UCs marinhas e costeiras seja  
327 mudado para que não se passe a impressão de que o Brasil decidiu realizar menos que as metas  
328 acordadas. Destacou a importância de se padronizar os dados sobre áreas protegidas de forma a  
329 se diferenciar os dados entre Unidades de Conservação federais e estaduais e municipais,  
330 evitando informações imprecisas. O **SR. ROBERTO LORENA** falou sobre a Lei Complementar  
331 140 que prejudicou as APAS (Áreas de Proteção Ambiental) ao dispensar o processo de  
332 licenciamento para atividades localizadas nessas áreas. Ressaltou que nos últimos quatro anos  
333 houve enorme avanço na preservação das Unidades de Conservação da Região Norte. Disse que  
334 nenhuma nova UC foi criada nessa região porque se verificou que a simples criação sem resolver  
335 os problemas de conflitos não estava levando a soluções viáveis. Destacou que enormes avanços  
336 no combate ao desmatamento foram alcançados em terras indígenas, áreas privadas e Unidades  
337 de Conservação. Disse que a Meta Aichi foi extrapolada nessa região. Destacou que a média  
338 brasileira de matas nativas é de 67%, superando todos os países do mundo. Falou que se deve  
339 esclarecer que apesar dos problemas como os de gestão, invasão e mineração nas Unidades de  
340 Conservação, o Brasil é o melhor do mundo em proteção em UCs. O **SR. JOSÉ ALBERTO DE**  
341 **LIMA RIBEIRO** falou sobre a importância de se resolver ou diminuir os conflitos antes de se criar  
342 uma Unidade de Conservação. Também falou a respeito dos conflitos existentes no litoral quanto  
343 à especulação e grilagem de terras nessas áreas. Disse que a existência de Unidades de  
344 Conservação nesses locais ajuda a resolver os conflitos que estão também relacionados à  
345 questão da perda de biodiversidade. Demonstrou a preocupação quanto à existência de mais de  
346 50 pedidos de UCs no litoral e quanto ao fato de que o Governo ainda não decretou nenhuma  
347 dessas Unidades. O **SR. CARLOS SCARAMUZZA** enfatizou a diferença entre dois componentes  
348 do Sistema de Áreas Protegidas: a criação e a implementação. Falou da importância de se  
349 realizar uma avaliação das ações que têm acontecido em todas as esferas. Disse que em termos

350 de implementação, o maior avanço foi o programa do Governo Harpa III. Disse que esse  
351 programa traz consigo o compromisso do Governo Brasileiro de aumentar 1% ao ano o gasto  
352 brasileiro com as UC's na Amazônia. Esse compromisso envolveu planejamento e execução  
353 envolvendo o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento. Disse que em algumas  
354 regiões, Unidades de Conservação criadas na década de 60 ainda não tiveram suas questões  
355 fundiárias regularizadas, que as pessoas ainda não foram indenizadas. Falou que uma das  
356 alternativas é, a partir de agora, criar UCs a partir das terras devolutas que já estão no domínio do  
357 Ministério do Planejamento ou do Meio Ambiente e transferi-las para o ICMBio (Instituto Chico  
358 Mendes de Conservação da Biodiversidade). Disse que esse modelo permitirá criar um número  
359 menor de UCs, mas que permitirão conservar aspectos da biodiversidade que ainda não estejam  
360 representados no sistema. Falou que o processo de criação será mais custoso em termos de  
361 tempo, mas o seu legado será mais simples no sentido de que a implementação será mais rápida.  
362 Concordou com a sugestão do **SR. ROBERTO LORENA** quanto à divisão pelas regiões  
363 biogeográficas, dada a situação ímpar da Amazônia e esclareceu que medir APPs constitui um  
364 desafio técnico por conta da carência de uma base hidrográfica adequada. Disse que a melhor  
365 forma de se medir APP será aguardar que os agricultores realizem seu cadastro no CAR  
366 (Cadastro Ambiental Rural). Falou que o modelo de APA (Área de Proteção Ambiental) é  
367 interessante, uma vez que concilia usos da propriedade privada com a conservação, mas  
368 ressaltou a necessidade de mudança na legislação que torne a sua implementação mais  
369 compulsória através do seu plano de manejo. O **SR. LÚCIO PAIVA FLORES** questionou quanto  
370 as terras indígenas se estão contabilizadas dentro das áreas protegidas. Em resposta ao **SR.**  
371 **LÚCIO PAIVA FLORES**, o **SR. CARLOS SCARAMUZZA** esclareceu que na nova meta, as terras  
372 indígenas podem ser contabilizadas em áreas protegidas, mas não automaticamente e sim em  
373 função do avanço na PNGATI (Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras  
374 Indígenas). Disse que se devem levar em consideração alguns critérios que estão sendo  
375 discutidos, caso da situação da terra indígena e o compromisso daquelas populações.

376 Em seguida o **SR. CARLOS SCARAMUZZA** lembrou que a presente reunião será  
377 retomada no dia seguinte quando serão realizadas apresentações sobre o PainelBio e sobre os  
378 indicadores. Esclareceu que algumas apresentações deverão ser reduzidas para que se possa  
379 concluir a discussão das metas restantes. Sugeriu que sejam reduzidos os itens 6.4 e 6.6. Em  
380 seguida agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos do dia.  
381

382 **Brasília, de setembro de 2014**